



CONSELHO FISCAL
INSTITUTO ERECHINENSE DE PREVIDÊNCIA – IEP
ATA Nº 17/2026

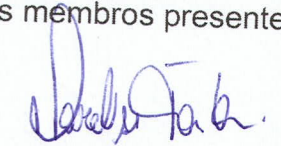
Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se presencialmente, na sede do Instituto Erechinense de Previdência -IEP, situada na Rua São Paulo, 112, 3º andar Edifício Amadeo Benincá, Centro, Erechim/RS, os membros do Conselho Fiscal: Greice Fernandes Sulkovski, Marelise Tartari, Itamar Luís Dall Alba, Josiele Teresinha Kempka, Simone Massochin Andrade e Tainan Michele Borges Lemos e os membros do Conselho Deliberativo, conforme nova sistemática adotada pelo IEP. Participaram ainda da reunião o Diretor-Presidente do IEP, Renato Alencar Toso, e o Diretor Financeiro, Diones Weber. A reunião foi convocada para apreciação das seguintes pautas: 1) Leitura da Ata anterior; 2) Prestação de Contas das Receitas e Despesas do Instituto do mês de Julho de 2026; 3) Prestação de Contas dos Investimentos do mês de julho de 2026; e 4) Assuntos Gerais. Inicialmente procedeu a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada sem ressalvas. Na sequência o Diretor Presidente explanou sobre o cronograma do III Seminário de RPPS do Alto Uruguai que irá acontecer nos dias 22 e 23 de Setembro de 2026, relatando da importância da participação dos conselheiros. Após, o Diretor Financeiro iniciou a apresentação da análise da documentação referente à prestação de contas e à execução orçamentária e financeira do Instituto, com apresentação dos demonstrativos atualizados pela Diretoria Financeira. O Diretor Financeiro apresentou aos membros do Conselho Fiscal e Deliberativo os dados relativos às receitas e despesas do Instituto, destacando que, no mês de julho de 2026, a receita totalizou R\$ 4.959.342,67 (quatro milhões, novecentos e cinquenta nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), composta por receitas provenientes das contribuições previdenciárias, da remuneração dos investimentos e demais receitas correntes. As despesas realizadas no mês de julho totalizaram R\$ 3.076.144,50 (três milhões, setenta e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), compreendendo, especialmente, o pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões, bem como as despesas



administrativas necessárias à manutenção e ao funcionamento do Instituto. O resultado financeiro do período apresentou superávit de R\$ 1.883.198,17 (um milhão, oitocentos e oitenta e três mil, cento e noventa e oito reais e dezessete centavos), demonstrando resultado positivo no período e a manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas correntes do Instituto. Na sequência, foram apresentados os dados referentes aos benefícios previdenciários, tendo sido informado o acompanhamento do quantitativo de aposentados e pensionistas e dos respectivos valores médios de proventos, permitindo avaliar a evolução das despesas previdenciárias e sua compatibilidade com a execução financeira do período. Dando continuidade, passou-se à análise da carteira de investimentos do Instituto, referente ao mês de julho de 2026. Conforme demonstrativo apresentado, o patrimônio total da carteira de investimentos totalizou R\$ 414.039.198,82 (quatrocentos e quatorze milhões, trinta e nove mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos). Quanto à distribuição por segmento, verificou-se que a carteira estava composta por 68,78% em Títulos Públicos na Curva; 15,45% em Fundos de Renda Fixa; 7,05% em Ativos de Renda Fixa; 6,88% em Fundos de Renda Variável; 1,78% em Fundos de Participações; e 0,05% em Contas-Correntes. Na oportunidade, foi apresentada a rentabilidade obtida pela carteira de investimentos no mês de julho de 2026, que totalizou R\$ 3.530.833,65 (três milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), correspondente a um rendimento médio de 0,86%. O resultado obtido superou a meta de rentabilidade estabelecida para o período, de 0,53%, correspondente ao IPCA + 5,68% ao ano, demonstrando desempenho superior à meta atuarial estabelecida para o mês. Os membros dos Conselhos analisaram ainda a composição, diversificação, liquidez e desempenho dos investimentos, considerando as informações constantes nos demonstrativos apresentados pela Diretoria e os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do Instituto. Na sequência, foram apresentados os apontamentos relacionados aos desenquadramentos passivos existentes na carteira de investimentos, decorrentes das exigências regulamentares e das alterações

Several handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page, likely representing the approval of the document by the relevant authorities.

normativas aplicáveis aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social. Foi informado aos membros dos Conselhos que determinados fundos classificados como Crédito Privado e outros investimentos sujeitos às exigências do Programa Pró-Gestão RPPS deverão ser objeto de adequação nos prazos estabelecidos pela regulamentação. Foi informado o prazo de 720 dias concedido pela Resolução CMN nº 5.272/2025 para a regularização dos desenquadramentos passivos, e que o Comitê de Investimentos realizará o acompanhamento da situação e adotará as providências necessárias para promover as adequações dentro do prazo estabelecido, buscando minimizar eventual impacto sobre a rentabilidade e preservar a segurança, liquidez e diversificação da carteira. Posteriormente, foi apresentado o Parecer Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos, referente ao mês de julho de 2026, contendo a análise do comportamento da carteira, sua rentabilidade, composição, liquidez e aderência aos parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do Instituto. Após a apresentação dos documentos e os esclarecimentos prestados pela Diretoria do IEP, os membros do Conselho Fiscal analisaram a documentação apresentada e manifestaram-se favoravelmente à prestação de contas referente ao período, bem como ao Parecer Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos relativo ao mês de julho de 2026, não sendo registradas ressalvas pelos membros presentes. Na sequência, foi explanado sobre a Portaria 1.183/2026, que trata do enquadramento no Nível III para fins de investimentos, destacando-se os requisitos previstos. Em Assuntos Gerais, foram prestados os esclarecimentos solicitados pelos membros dos Conselhos, e repassados os comunicados finais pertinentes. Nada mais havendo a tratar, sendo encerrada a reunião às nove horas e dez minutos. Eu, Marelise Tartari, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.


Greice Fernandes Sulkovski
Conselheira Presidente
Marelise Tartari
Conselheira Secretária
Josiele Teresinha Kempka
Conselheira



Itamar Luis Dall Alba
Conselheiro

Simone Massochin Andrade
Conselheira

Tainan Michele Borges Lemos
Conselheira

Renato Alencar Toso
Diretor Presidente

Diones Weber
Diretor Financeiro